



Presidente p.4

“Candidato-me para mobilizar os portugueses”



Regionais p.12

Estado tem de reconhecer posição geoestratégica das regiões autónomas

Povo Livre



nº 1909

10 de Fevereiro de 2016

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“Só o PSD tem uma vocação especial para fazer reformas”



Pedro Passos Coelho na abertura da XXI Feira das Tradições e Actividades Económicas, em Pinhel

Pedro Passos Coelho nos distritos da Guarda e de Bragança

“Só o PSD tem uma vocação especial para fazer reformas”



O presidente do PSD mostrou-se esperançado no futuro do país, mas advertiu que é necessário fazer “um pouco mais”, para que os empresários “acreditem em Portugal”. “O futuro do nosso país pode ser um futuro muito mais esperançoso para todos, se todos fizermos um pouco mais de trabalho, para que as nossas empresas sejam mais bem-sucedidas, por um lado e, por outro lado, para que mais empresários e investidores acreditem em Portugal”, afirmou o líder do PSD em Pinhel, no distrito da Guarda, na abertura da XXI Feira das Tradições e Actividades Económicas, dia 5.

Pedro Passos Coelho considerou ainda que só vale a pena fazer “as coisas com confiança, se elas forem realistas”. “Sonhar, podemos sonhar todos, transformar os nossos sonhos em realidade já dá trabalho e esse trabalho todos os dias tem de ser conquistado, juntando melhores condições. Condições junto dos nossos jovens para que eles estejam cada vez mais preparados, melhores condições junto daqueles que foram perdendo o emprego e precisam de ter mais ajuda para poder voltar a trabalhar, melhores condições de acessibilidade para aqueles que querem investir”, afirmou.

Na sua intervenção, lembrou que “infelizmente, ao longo de muitos anos”, foram-se acumulando “muitas dívidas, quer do lado do Estado e dos poderes públicos, quer do lado dos empresários”. “Ora, isso significa que quanto mais soubermos atrair novos investimentos, pessoas de fora de Portugal que acreditem em nós e que queiram cá investir, mais conseguimos acrescentar futuro às nossas terras e ao nosso país”, rematou Passos Coelho.

Em visita à Feira do Fumeiro, em Vinhais, distrito de Bragança, o presidente social-democrata afirmou que “os portugueses não estavam à espera da estratégia apresentada pelo Governo de António Costa para o Orçamento do Estado de 2016”, que entende não ser correcta. Para o presidente do PSD, as escolhas socialistas mostram “em primeiro lugar um risco de incumprimento que é muito elevado”, lembrando que várias entidades nacionais e internacionais já chamaram a atenção para esses riscos. “Do meu ponto de vista, aquilo que o orçamento traz, e que não é bom, é um grande aumento dos impostos que vão prejudicar sobretudo as empresas, a classe média. A retoma da economia faz-se em nome de não ter um défice maior para poder andar mais depressa na

restituição de salários na Administração Pública e para poder fazer várias concessões de reversão de políticas que tinham sido feitas no passado e que tinham uma incidência estrutural sobre a economia”.

Passos Coelho entende que se hoje o PS “está a arriscar mais, devolvendo mais rapidamente certos rendimentos, é porque vai buscar com a outra mão aos impostos e porque cria riscos”, o que não é maneira de criar confiança e segurança quanto à estratégia de médio prazo”. E reivindicou ainda que muito do que o PS está a fazer se deve ao trabalho feito pelo anterior executivo PSD/CDS-PP.

O líder do PSD venceu que, “se fosse primeiro-ministro, não ia deixar de procurar acelerar a remoção de medidas de austeridades para que o país possa viver crescentemente em normalidade, mas não ia fazer um programa demasiado arriscado que pudesse trazer a intranquilidade de tropeçar amanhã e voltar atrás no ano seguinte”.

Ainda assim, o presidente do PSD considerou que o Orçamento do Estado para 2016 “é o fim da ilusão





socialista porque não é definitivamente aquilo que se tinha comprometido fazer”.

Passos Coelho acusou o Governo de não estar “a fazer aquilo que é preciso e que é devido”, observando que “em Portugal não vale a pena fazer” aquilo a que chamou “a política da fanfarrice”. “Sai-nos muito cara a política a política da fanfarrice (...) na educação sempre que se quis um sistema mais facilitista e menos exigente, de andar a gastar dinheiro em coisas que não ajudam ao crescimento do país, a ideia de que o que temos é de agradar e distribuir dinheiro quando muitas vezes ficamos muitos anos a pagar esse dinheiro sem que ele possa gerar um emprego sustentável e riqueza”.

O líder do PSD defende que Portugal precisa crescer nos próximos anos e, se não há dinheiro, “não vale a pena andar com uma candeia à procura de uma solução mágica”. A solução que defende é “atrair investimento estrangeiro para Portugal”, sublinhando que “devia haver um consenso transversal a todos os partidos para poder desenvolver uma estratégia nacional de captação de investimento externo”.

Ainda assim, Passos Coelho não acredita que esta estratégia seja possível no actual cenário político. “Acham que há algum investimento externo com dimensão que possa vir para um país cujo Governo depende de uma visão comunista ou leninista ou trotskista ou outro ‘ista’ qualquer que esteja instalada a governar?”, questionou.

Passos Coelho prosseguiu interrogando a plateia sobre se alguém sentiria confiança para dizer aos investidores externos: “Venham cá investir, não receiam nos próximos cinco, dez, 15 anos, ninguém lhes vai nacionalizar as suas poupanças, ninguém vai nacionalizar os vossos investimentos, ninguém vai sobrecarregar cada vez com mais impostos aquilo que trouxeram para cá?” “Acreditam que é possível convencer alguém lá fora a vir investir num país que cada vez mais depende daquilo que decide a CGTP ou o Comité Central do Partido Comunista ou o Bloco de Esquerda? Eu não acredito e creio que a maior parte das pessoas também não”.

Passos Coelho afirmou que “só há um partido que tem uma vocação especial para garantir essas reformas e esse partido é o PSD e é, por isso, que se recandidata a presidente do partido, propondo-se concluir “aquilo que deixou a meio”.





Pedro Passos Coelho anuncia a recandidatura à liderança do PSD

“Candidato-me para mobilizar os portugueses”

Pedro Passos Coelho apresentou, dia 4 de Fevereiro, a candidatura a um novo mandato de dois anos como presidente do PSD e afirmou que é “naturalmente candidato a primeiro-ministro”. “Candidato-me à liderança do PSD e, portanto, sou naturalmente candidato a primeiro-ministro”, afirmou Pedro Passos Coelho, perante uma sala repleta de militantes do PSD, na Casa do Comércio, em Lisboa, tendo como fundo um cenário branco e laranja com a frase “Social-democracia sempre!”

No início da sua intervenção, Pedro Passos Coelho declarou: “Apresento-me hoje de uma forma solene perante os militantes do meu partido e perante os portugueses como candidato a presidente do PSD”. “A minha candidatura hoje à liderança do Partido Social Democrata representa nestes termos um acto de coerência e de consistência política que transporta um passado que assumo completo e total, mas que veicula também uma visão de futuro e uma vontade de construir o que falta para libertar os portugueses desta quase fatalidade de retornar ciclicamente aos vícios do passado e às suas sequelas económicas e sociais”.

Passos Coelho começou por recordar as razões que justificaram o avanço para a liderança do Partido em 2010. “Fui eleito Presidente do PSD, pela primeira vez, no início de 2010. O PSD tinha acabado de perder as eleições legislativas e o País tinha um governo minoritário do Partido Socialista que, por sua vez, carregava às costas um mandato de maus resultados económicos, com desemprego em forte crescimento, com dívida pública a galgar as margens de segurança e com uma economia privada muito protegida, afogada em financiamento externo insustentável, com baixa produtividade e em forte perda competitiva. Era, nessa altura, muito evidente que o País precisava de mudar de vida e que o modelo económico e social vigente, profundamente desequilibrado e marcado por fortes desigualdades, nos traria dissabores e grandes dificuldades. Foi infelizmente o que aconteceu. Apesar da responsabilidade que, ainda na oposição, o PSD revelou perante os problemas, o governo de então não foi a tempo de arrear caminho e evitar o pior.”

Perante “um doloroso resgate externo e com um novo governo saído das eleições, liderado pelo PSD”, Passos Coelho, já na qualidade de primeiro-ministro, procurou fechar “o período do resgate externo”, colocar “a economia



a crescer de forma equilibrada, sem gerar endividamento e a gerar progressivamente mais e melhor emprego.” Uma mudança nas decisões políticas, que, ressaltou Passos Coelho, “foi alcançada com muitos sacrifícios”. Foi realmente um processo que marcou muito o País e que deixou feridas que precisam de ser saradas. Deixou também marcas naqueles que conduziram as políticas públicas, tanto no PSD como no CDS-PP. E o facto de, no meu caso enquanto primeiro-ministro, ter assumido pública e directamente a condução e a comunicação das principais medidas adoptadas durante o período de

ajustamento fortaleceu, aos olhos de muitos Portugueses, a imagem austéritéria da figura política que me está associada. Tenho plena consciência disso e não dissimulo a importância dessa evidência”, assinalou.

O chefe do XIX e XX Governos Constitucionais lembrou que “era preciso para defender o futuro dos Portugueses, mesmo sabendo que isso me poderia custar uma reeleição.” “Como os Portugueses, não virei a cara às dificuldades e dei a minha cara pelas políticas que eram necessárias. Admito que à força de não querer falhar



possa ter levado mais longe do que seria necessário a imagem de determinação que ficou associada à fase de austeridade. Mas se nem todos os Portugueses me perdoaram ainda essa dureza, é minha convicção que foram em maior número os que redobram a sua confiança na minha determinação e que, assim, permitiram que, apesar de todas as dificuldades políticas, tenha logrado, juntamente com o CDS-PP, vencer as eleições a que me apresentei em 2015.”

E com o resultado das eleições de 4 de Outubro, “pela primeira vez em Portugal, não só não governa quem ganha as eleições como governa quem as perdeu.” “A minha candidatura hoje à liderança do Partido Social Democrata representa, nestes termos, um acto de coerência e de consistência política que transporta um passado que assumo completo e total, mas que veicula também uma visão de futuro e uma vontade de construir o que falta para libertar os Portugueses desta quase fatalidade de retornar ciclicamente aos vícios do passado e às suas sequelas económicas e sociais. [...] Por isso me apresento hoje com o lema “social-democracia sempre”. Acredito que a tradução concreta dos nossos valores e princípios à realidade do nosso País, aliada à experiência e à tradição da nossa acção política, é o que melhor serve as



aspirações e necessidades dos Portugueses.”

Pugnando por uma redução efectiva das desigualdades, Passos Coelho mostra-se totalmente contrário à solução governativa actual. “Não acredito na solução de governo que hoje conduz a política portuguesa. Os riscos desnecessários que o excesso de voluntarismo e de revanchismo governativos potenciam não ajudarão o País a viver melhor e com mais segurança. Mas pelos resultados dessa política responderá a maioria que hoje governa Portugal. Para acreditar que voltaremos a merecer a confiança dos Portugueses não precisamos que as coisas corram mal ao actual governo e aos Portugueses. O nosso País precisa de ainda de reformas importantes para trazer mais prosperidade e justiça social. Sei que no dia em que o país precise, e sei que precisa, de levar reformas para a frente com mais ambição e profundidade, é no PSD e no nosso projecto que encontrará força e determinação para realizar os seus sonhos e aspirações. Conto com todos vós e com os Portugueses para fazer o que falta para trazer a esperança e a ambição a Portugal.”

Antes da sua intervenção, Passos Coelho ouviu o presidente da distrital de Lisboa do PSD, Miguel Pinto Luz, e o mandatário nacional da sua candidatura, Fernando Ruas, manifestarem-se convictos de que voltará a ser primeiro-ministro de Portugal.

No dia 31 de Janeiro, o líder do PSD anunciou a recandidatura num vídeo divulgado nas redes sociais. Numa breve declaração de 40 segundos, publicada página pessoal Facebook, Passos Coelho divulgou o lema da candidatura: “Social-Democracia Sempre!” “É muito importante poder contar com a vossa participação nesse momento em que criaremos, julgo eu, uma oportunidade para mostrar que o PSD continua a ser um partido social-democrata, com a capacidade de fazer, transformar o país, mobilizar os portugueses e oferecer do país uma visão ambiciosa que todos precisamos de concretizar. Mas para isso, preciso de contar convosco também”, afirmou o social-democrata, na breve mensagem de vídeo.

Passos Coelho foi eleito presidente do PSD no XXXIII Congresso Nacional em Abril de 2010 e reeleito em Março de 2012. Foi reeleito para um terceiro mandato à frente do PSD em 2014. As directas para a liderança do partido estão agendadas para o próximo dia 5 de Março de 2016 e o Congresso entre 1 e 3 de Abril, em Espinho.



PSD apoia candidatura de António Guterres a secretário-geral da ONU

Tendo tomado conhecimento da intenção do engenheiro António Guterres se candidatar ao cargo de secretário-geral da Organização das Nações Unidas, a Comissão Permanente do Partido Social Democrata deliberou apresentar publicamente o inequívoco apoio à sua candidatura. O PSD considera que António Guterres “como acumulou uma experiência ímpar em termos internacionais na qualidade de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados” [...] e “é reconhecido internacionalmente como tendo sido um dos mais competentes e efectivos líderes do ACNUR, onde desenvolveu um trabalho permanente de apoio humanitário e de antecipação e sensibilização para os fenómenos causadores de migrações em todo o mundo.

A Comissão Permanente do Partido Social Democrata decidiu, por isso, “juntar ao seu apoio, já pessoalmente transmitido pelo seu Presidente, Dr. Pedro Passos Coelho, quer ao próprio engenheiro António Guterres, quer ao governo português na pessoa do senhor primeiro-ministro Dr. António Costa, votos de sucesso para a candidatura e desejos de que a comunidade internacional possa reconhecer o seu valor.”

Orçamento penaliza as famílias

O Orçamento do Estado para 2016 ficará para a história como o orçamento do “toma lá dá cá”, onde está presente um “gigantesco aumento de impostos”. Para o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Hugo Soares, trata-se de “um Orçamento do Estado que retira rendimentos às famílias, embora o pareça devolver de forma artificial, porque há de facto um gigantesco aumento de impostos”. “A verdade é que sabemos que este suposto dar de rendimentos às famílias portuguesas de forma imprudente, ao contrário daquilo que sugeríamos, demonstra muito bem que este Governo quer dar com uma mão aquilo que está a tirar em larga medida com o aumento de impostos”, criticou, em conferência de imprensa, no Porto, 7 de Fevereiro.

O deputado considerou também “muito imprudente” que o PS tenha preferido “de uma vez só querer aumentar o rendimento das famílias devolvendo a sobretaxa e os salários num ano” e adiantou que o PSD não tem a certeza de que “o orçamento no final do ano vá bater certo”.

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD destacou ainda dois sectores para os quais estão previstas medidas que “merecem uma forte censura e um forte repúdio” por parte do partido. No caso da agricultura, criticou o “aumento brutal de encargos fiscais”, que demonstram ser este sector, para o PS, “o parente pobre da economia”. “Numa altura em que a agricultura portuguesa estava a querer crescer e a dar sinais de recuperação e a promover também o crescimento da economia e a criar emprego, o PS e o governo de António Costa considera a agricultura como o parente pobre da economia portuguesa”, criticou.

Numa nota para as famílias, Hugo Soares afirmou que o Orçamento do Estado para 2016 “cria dificuldades” àquelas que querem ter mais filhos e representa “um andar para trás”. Questionado sobre o sector da restauração disse haver “uma grande confusão” sobre o IVA e que “parece que o PS o que quis fazer foi uma operação de cosmética para poder dizer aos partidos que suportam o poder que há uma redução do IVA da restauração quando efectivamente parece que anda a brincar aos preços dos alimentos”.



Já sobre as acusações feitas pelo primeiro-ministro sobre a atitude considerada “lamentável” do PSD e CDS ao longo das negociações com a Comissão Europeia, Hugo Soares respondeu: “Isso são desculpas de mau pagador”. “Até há um ano atrás o primeiro-ministro dizia que o PSD, o Governo e Pedro Passos Coelho tinham uma posição subserviente perante Bruxelas. Agora, que somos oposição, ele acha que mandamos em Bruxelas (...). É uma coisa extraordinária de uma incoerência atroz”, assinalou.

E acrescentou: “O senhor primeiro-ministro tem que governar e assumir as suas escolhas e nós estamos aqui para fazer oposição e avaliar as escolhas do actual governo. E quanto a essas escolhas não posso deixar de dizer que este é um Orçamento do Estado que aparenta devolver rendimento aos portugueses, mas que retira com um conjunto elevadíssimo de impostos aquilo que aparenta dar”.

“Ilusões” e um “inesperado aumento de impostos”



O PSD defende que o Orçamento para 2016 mantém a austeridade com um inesperado aumento de impostos, não consolida as contas públicas, comporta riscos de incumprimento e é negativo para o investimento, crescimento e emprego. Esta posição foi transmitida aos jornalistas pelo deputado e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Leitão Amaro. “Este é um momento de discussão, há-de chegar o momento da votação”, declarou. Confrontado com o facto de o CDS-PP ter já anunciado que votará contra, António Leitão Amaro respondeu que “cada partido fala no momento que entende”. “O PSD entende que este é um momento de discussão, de análise das opções principais”, reiterou.

A proposta de Orçamento do Estado para 2016, aprovada na quinta-feira, em Conselho de Ministros, foi entregue dia 5, na Assembleia da República cerca das 16h15, e posteriormente apresentada pelo ministro das Finanças, Mário Centeno, em conferência de imprensa.

Numa primeira análise ao documento, na Assembleia da República, António Leitão Amaro afirmou que “foram vendidas ilusões” aos portugueses, mas que as opções orçamentais para 2016, “afinal, não acabam com a austeridade e não viram a página”. “Ficámos a saber que temos um inesperado aumento de impostos, a pagar pela classe média, pelas famílias com filhos, pelas empresas. Sabemos agora que afinal os acordos das esquerdas têm um preço. É um preço pago pela classe média, é um preço que é pago em menos crescimento, em menos emprego, em menos riqueza e que coloca em causa a credibilidade externa de Portugal”, acrescentou.

O deputado do PSD referiu que, “ao nível da carga fiscal, do esboço orçamental para o Orçamento do Estado há um aumento de 1600 milhões de euros”.

Segundo Leitão Amaro, após “revisões e revisões”, o documento hoje conhecido “corrige algum irrealismo, mas continua ferido de alguma falta de credibilidade, e os riscos de incumprimento são assinaláveis”. “Este Orçamento não melhora, antes pelo contrário, o crescimento, não melhora o emprego, piora as exportações, dificulta o investimento. Este Orçamento não realiza uma consolidação das finanças públicas. Este Orçamento o que dá por um lado tira pelo outro”, prosseguiu.

O social-democrata considerou ainda que o Governo do PS apresentou “uma manta de retalhos”, com “escolhas contraditórias”, que provoca “insegurança e incerteza” e “não realiza nenhum dos objectivos a que se propôs”.

Matos Rosa no jantar da distrital da JSD do Porto



O secretário-geral do Partido Social Democrata (PSD) José Matos Rosa esteve no sábado, 6 de Fevereiro de 2016, num jantar promovido pela Distrital da JSD do Porto.



PSD quer explicações sobre o Hospital do Seixal



O grupo parlamentar do PSD requereu a audição urgente do ministro da Saúde, para explicar o planeamento da construção do Hospital do Seixal, referindo que que é preciso conhecer o financiamento e os recursos humanos para aquela unidade. Em comunicado, os deputados sociais-democratas manifestam ter questionado o ministro da Saúde sobre a construção do Hospital do Seixal, por diversas vezes, “não tendo obtido qualquer resposta”.

O deputado Bruno Vitorino, eleito pelo distrito de Setúbal, explica que esta decisão tem por base “a ausência de respostas do ministro, nomeadamente sobre questões relacionadas com o financiamento e os recursos humanos do futuro hospital”. “O Governo tem que esclarecer qual a tipologia do novo hospital, que especialidades e número de camas previstas e como será integrado na rede hospitalar do distrito de Setúbal”, aponta.

Outra preocupação prende-se com os recursos humanos necessários, tendo em conta que, segundo Bruno Vitorino “o próprio hospital Garcia de Orta, em Almada, tem grandes dificuldades em contratar médicos em muitas especialidades”. “Como pode o ministro garantir que teremos os recursos humanos necessários para o funcionamento de uma unidade deste tipo”, questiona

O deputado do PSD espera que o Governo explique o mais depressa possível estas questões, “para que possamos saber se a promessa feita é sobre a construção de um novo hospital ou de um pequeno centro de saúde”.

“Luxos faraónicos” na Parque Escolar

O deputado do PSD eleito por Viseu, Pedro Alves, criticou “as intervenções exageradas” e “os luxos faraónicos” da Parque Escolar, que têm contribuído para uma desigualdade de oportunidades entre alunos de concelhos vizinhos. “Há uma desigualdade muito grande ao nível das oportunidades que foram criadas pelas intervenções exageradas e de luxos faraónicos da Parque Escolar. Alunos de concelhos vizinhos não têm as mesmas oportunidades”, alegou.

No final de uma visita à Escola Secundária de Vouzela, 1 de Fevereiro, o deputado social-democrata sublinhou que a requalificação deste estabelecimento de ensino tinha ficado esquecida, tal como outras no distrito de Viseu, entre as quais a de S. Pedro do Sul, Mangualde, Lamego e Moimenta da Beira. “O Governo anterior conseguiu ter no quadro comunitário verbas destinadas à requalificação destes equipamentos. Agora, queremos saber, e vamos questionar o Governo sobre isso, quando vai ser feita essa intervenção”, evidenciou.

Pedro Alves referiu que “a verba está atribuída”, tendo como preocupação saber “quando vai ser feita a sua distribuição”. “Por parte dos municípios há a vontade de assumirem a responsabilidade de fazerem a obra, mas a comparticipação nacional, os 15 por cento, tem que obrigatoriamente ser feita pelo Estado”, acrescentou.

Esta visita serviu ainda para auscultar os agentes educativos, que se mostraram “muito preocupados com o rumo que o ministro da Educação pretender dar à educação no país”. “A sua preocupação é ao nível da avaliação dos alunos: o modo como se estão a proceder a alterações, sem ouvir e conhecer a realidade do ensino no país. Notámos que os professores estão preocupados com a falta de rigor, a falta de exigência e também com a falta de premeio do mérito por parte daqueles que são mais competentes e mais trabalham”, frisou.

Pedro Alves apontou ainda que notou alguma preo-



ocupação sobre o fim da Bolsa de Contratação de Escola (BCE), que contam que traga “ainda maiores constrangimentos para a realidade de cada um dos territórios educativos”.

No seu entender, o ministro da Educação desconhece a realidade do país, “vivendo de certa forma com

algum experimentalismo na educação”. “Se calhar ainda nem saiu do laboratório onde se encontrava em Londres e pensa que os alunos são cobaias desse mesmo laboratório. Preocupa-nos o futuro da educação no país, nomeadamente o futuro dos alunos com este experimentalismo que está a ser seguido pelo ministro da Educação”, concluiu.

Crise dos refugiados justifica presença do MAI no Parlamento

O grupo parlamentar do PSD quer ouvir no Parlamento, com urgência, a ministra da Administração Interna, sobre a vaga de imigração na Europa e as estratégias para resolver a questão, segundo um requerimento hoje apresentado. O requerimento foi endereçado à presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus e nele diz-se que, em relação à chamada crise de refugiados, “é hoje consensual que a estratégia que visa conter os fluxos migratórios e promover a integração dos migrantes e refugiados não está a resultar”.

“De acordo com fontes europeias só 400 dos 160 mil refugiados aceites pela União Europeia foram recolocados, e apenas 11 dos 28 Estados-Membros receberam refugiados”, diz o PSD no requerimento, que cita ainda “as posições recentes assumidas por países como a Dinamarca, a Suécia e a Alemanha, e anteriormente a Polónia, a Hungria, a República Checa e a Eslováquia” (restritivas em relação a refugiados).

Diz o partido no requerimento que não se pode ignorar “as ameaças que estas iniciativas representam para o projecto europeu, e em particular para o espaço Schengen” e é necessário, com a audição da ministra, “acompanhar os desenvolvimentos relativos a esta situação e conhecer a actuação do Governo português”.



Governo deve dar esclarecimentos sobre o novo Hospital Central de Évora

O PSD pediu ao Governo esclarecimentos sobre a construção do novo Hospital Central de Évora, por considerar que o ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, não tem sido claro sobre a prioridade dada ao projecto. “Quando o ministro foi questionado no plenário sobre os investimentos prioritários que tinha anunciado, na comissão de Saúde, na semana passada, e não respondeu, fiquei preocupado e, daí, a pergunta”, explicou o deputado do PSD, António Costa da Silva.

Com a pergunta dirigida ao ministro, o parlamentar social-democrata referiu que o PSD quer saber “se o novo hospital é uma prioridade, para quando está previsto, quanto vai custar, como será o financiamento da obra e qual o modelo de gestão”.

O deputado do PSD, eleito pelo círculo eleitoral de Évora, contou que, na semana passada, na Comissão de Saúde, o governante “anunciou as prioridades” do Governo para a legislatura na área da saúde, onde constava a construção do novo Hospital Central de Évora. “Entretanto, o ministro da Saúde esteve no plenário e foi questionado pelo PSD sobre a construção do hospital”, mas “nada respondeu”, pelo que o projecto “deixou de ser, aparentemente, a prioridade que apresentou na comissão”, observou.

PSD/Lousada defende obras na Escola de Nevogilde

O primeiro vereador da coligação PSD/CDS na Câmara de Lousada defende que a autarquia, de maioria socialista, devia dar prioridade à realização de obras na escola de Nevogilde, para resolver questões de segurança e saúde. “A Câmara de Lousada deve colocar na agenda das prioridades a realização de obras nesta escola de Nevogilde, pois está em causa a segurança e a saúde de todos aqueles que frequentam este estabelecimento de ensino, principalmente alunos, professores e auxiliares”, lê-se num comunicado que cita o líder da oposição, Leonel Vieira.

Os três vereadores da coligação PSD/CDS (Leonel Vieira, Agostinho Gaspar e Cândida Novais) visitaram recentemente aquele estabelecimento do ensino básico e secundário e afirmam agora terem sido confrontados com “gravíssimos problemas”, que dizem ser do conhecimento do município. “A cobertura da escola precisa urgentemente de ser removida, pois está muito deteriorada e é composta por placas de fibrocimento que têm amianto”, criticam os eleitos do PSD e do CDS, acrescentando: “Quando chove, há salas que não podem ser usadas. Os passeios pedonais no logradouro da escola estão praticamente todos partidos. A deterioração de todo o edifício, bem como do pavilhão, é preocupante.”

Leonel Vieira recorda também que é “reclamada há muito a instalação de coberturas junto à paragem dos autocarros”. Citado no comunicado, o vereador diz haver na área do Agrupamento de Escolas Lousada Oeste três novos centros escolares, que entraram em funcionamento este ano lectivo e que apresentam problemas. “É exemplo o facto de o polidesportivo coberto em Casais não poder ser utilizado quando chove, porque o rínque acumula água. No centro escolar de Nespereira, construído há pouco mais de quatro meses, as portas interiores estão a desfazer-se e as fechaduras não funcionam, o mesmo acontecendo com o de Casais”, denunciam os vereadores do PSD e do CDS.

Ainda segundo a oposição, “o Centro Escolar de Lodares, também inaugurado há quatro meses, padece de problemas de humidade”.

Leonel Vieira conclui ser “lamentável que os professores e a direcção do agrupamento não tenham sido ouvidos pela Câmara de Lousada na elaboração dos projectos dos novos centros escolares, nem sequer no decorrer das obras”.

O vereador da oposição considera ainda que “o acompanhamento e fiscalização das obras foi muito deficiente” e que “há claros indícios de incúria e facilitismo”. “Há que apurar responsabilidades e fazer as obras necessárias para minorar os prejuízos”, exigiu ainda o autarca da oposição.

Portugal registou “a terceira maior redução de desemprego” da União Europeia em 2015

O deputado social-democrata Adão Silva defendeu que o executivo PSD/CDS-PP fez “um bom trabalho no combate ao desemprego” e desafiou o Governo actual a reconhecer essa herança e a dar-lhe continuidade. “Importa que o PS e o Governo do PS venham reconhecer publicamente, e este é o desafio que lhes deixo, que o Governo [PSD/CDS-PP] fez um bom trabalho no combate ao desemprego, apesar das grandes dificuldades”, declarou Adão Silva aos jornalistas, no Parlamento.

Antes, o deputado do PSD referiu que, segundo dados divulgados na semana passada pelo Eurostat, Portugal teve “a terceira maior redução de desemprego” da União Europeia em 2015, tendo terminado o ano com “menos cerca de 100 mil pessoas desempregadas”.

Adão Silva referiu que o executivo anterior, “quando chegou, em 2011, tinha uma taxa de desemprego de cerca de 12,1%, e entrega ao Governo que lhe sucedeu uma taxa de desemprego mais baixa do que aquela que recebeu”, de 11,8% - “contrariamente ao anterior Governo do PS, que viu duplicar a sua taxa de desemprego”.

Interrogado se considera que a governação PSD/CDS-PP deixou uma boa herança em termos de desemprego, o deputado do PSD respondeu: “Sem dúvida nenhuma. Naquilo que para nós é o mais importante, o combate ao desemprego e a criação de emprego, contas feitas, o Governo anterior pode orgulhar-se do trabalho feito”. “E o Governo que lhe sucedeu, do doutor António Costa, deve reconhecer, com a justiça que estas coisas exigem, que o Governo anterior fez um bom trabalho nesta matéria”, acrescentou.

Adão Silva deixou outro desafio ao Governo do PS: “Que seja capaz de acalantar esta dinâmica, seja capaz de concitar os empresários, as empresas, para que o desemprego continue a reduzir-se e para que o emprego continue a aumentar”.



Comissão parlamentar de inquérito ao Banif tomou posse



A comissão parlamentar de inquérito à gestão e venda do Banif tomou posse dia 3 de Fevereiro e nos próximos meses procurará aprofundar o conhecimento sobre o processo de alienação da entidade e o comportamento, por exemplo, do Banco de Portugal (BdP). A comissão de inquérito integra sete deputados efectivos do PSD, sete do PS, um do BE, um do CDS-PP e um do PCP. Carlos Abreu Amorim é o deputado coordenador do PSD na comissão, e Luís Marques Guedes será vice-presidente da mesma, e aos dois nomes referidos juntam-se Miguel Morgado, Inês Domingos, Margarida Mano, Pedro do Ó Ramos e Rubina Berardo como elementos efectivos do PSD na comissão de inquérito.

De acordo com a resolução da Assembleia da República publicada em “Diário da República”, e onde é formalizada a constituição da comissão de inquérito, são elencados seis pontos de actuação dos deputados: em destaque estará, por exemplo, o avaliar das condições, “nomeadamente as modalidades e práticas de gestão, e fundamentos, que justificaram e conduziram à recapitalização do Banif, em Janeiro de 2013, através de financiamento público, no montante de 1.100 milhões de euros”.

Depois, os parlamentares irão também “escrutinar as diligências tomadas pela administração desta entidade bancária e por todas as entidades envolvidas, nacionais e comunitárias, para concretização de um plano de reestruturação e viabilização do Banif depois da sua recapitalização em Janeiro de 2013, avaliando o impacto financeiro das respectivas acções e omissões”.

O processo de venda, em Dezembro de 2015, é também mote evidente dos trabalhos dos vários partidos, e procurar-se-á fazer “a avaliação de riscos e alternativas” da decisão, “no interesse dos seus trabalhadores, dos depositantes, dos contribuintes e da estabilidade do sistema financeiro”.

O “quadro legislativo e regulamentar, nacional e comunitário” sobre o sector financeiro será também analisado, bem como a “ligação entre o estatuto patrimonial e o funcionamento do sistema financeiro e os problemas verificados no sistema financeiro nacional e respectivos impactos na economia e contas públicas”. “Avaliar o comportamento da autoridade de supervisão [Banco de Portugal] e as condições de exercício das suas competências no acompanhamento da situação do Banif e aferir a adequação e eficácia do actual regime jurídico de supervisão bancária e financeira” é o último dos pontos referidos no “Diário da República”.

O texto indica ainda que a comissão “deve desenvolver os seus trabalhos pelo prazo mais curto, não ultrapassando o período de 120 dias”. A comissão é presidida pelo deputado do PCP, António Filipe.

Encontro Açores-Madeira

Estado tem de reconhecer posição geoestratégica das regiões autónomas

O presidente do Governo Regional da Madeira enaltece a importância das regiões autónomas na afirmação geoestratégica de Portugal, considerando que o Estado tem de reconhecer esse papel dos Açores e da Madeira. “É necessário de uma vez por todas que o Estado perceba esta evidência, da posição geoestratégica atlântica de Portugal, que está longe de ser percebida pelas instâncias centrais do Estado e aí do país que não pensa sobre os seus interesses numa perspectiva de futuro”, frisou.

Miguel Albuquerque falava em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, no final do encontro Açores-Madeira, decorrido na semana passada, e depois dos governos das duas regiões autónomas terem assinado dez protocolos de cooperação e uma declaração conjunta.

Para o presidente do executivo madeirense, é “indiscutível” que são as regiões autónomas dos Açores e da Madeira que dão “dimensão atlântica e marítima” a Portugal e o país terá de afirmar a sua posição geoestratégica na bacia do Atlântico, “o espaço central de intercâmbio comercial mais importante do século XXI”. “Temos de afirmar a nossa força, a nossa posição e a nossa importância enquanto conferimos ao país, de facto, aquilo que ele nunca poderá deixar de ser, que é um país atlântico, um país cosmopolita e um país posicionado geoestrategicamente na bacia do Atlântico, graças às regiões autónomas da Madeira e dos Açores”, destacou.

Miguel Albuquerque afirmou que a parceria estratégica entre os governos das duas regiões autónomas reforçará “as suas justas reivindicações no quadro nacional e europeu”, na “defesa intransigente e primacial



dos interesses da ultraperiferia, da autonomia política e da insularidade”.

Por sua vez, o presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, adaptou uma célebre frase do antigo presidente norte-americano, John Kennedy, para colocar a colaboração entre as duas regiões acima das reivindicações que poderiam ter sido feitas ao Estado. “Não perguntámos o que outros podiam fazer por nós, mas sim o que nós podemos fazer um pelo outro”, disse, acrescentando que, apesar de não terem saído deste encontro acordos relativos a uma “frente autonómica face a outras entidades”, os resultados foram “além das expectativas iniciais”.

Na declaração conjunta, os presidentes dos governos regionais dos Açores e da Madeira comprometeram-se a avaliar as condições necessárias para uma “maior articulação em termos de sistemas de transportes, com o objectivo de impulsionar o sector do turismo, bem como

de promover a exportação de bens das duas regiões”.

Os dois executivos assinaram também os protocolos, mas decidiram ainda desenvolver propostas de cooperação noutras áreas, como a política marítima integrada da União Europeia, a investigação e o desenvolvimento, o turismo náutico, as energias renováveis ou a promoção e divulgação de produtos regionais e o aperfeiçoamento dos canais de distribuição.

Miguel Albuquerque e Vasco Cordeiro decidiram realizar um novo encontro entre os dois governos em 2017 e vão convidar Cabo Verde e Canárias para a realização da II Cimeira dos Arquipélagos da Macaronésia, propondo que a mesma decorra também no próximo ano, nos Açores.

Os membros dos dois executivos regionais deverão constituir uma Comissão Conjunta de Acompanhamento, que deverá reunir com periodicidade anual, para seguir a execução das acções definidas na declaração conjunta.



Açores

“O Porto da Praia da Vitória não pode perder mais vinte anos”



O presidente do PSD/Açores defende a remodelação na utilização do Porto da Praia da Vitória, aproveitando todas as suas valências, e rentabilizando-as no imediato, através da captação de investimento externo. “Não podemos perder outros 20 anos a falar desta infra-estrutura, sem agir”, alertou Duarte Freitas, numa visita, durante a tarde de 3 de Fevereiro, àquela unidade portuária. “Temos de ir aos mercados mundiais, contactar eventuais interessados, estudar como e quem irá investir no porto da Praia da Vitória, concertando isso com a hipótese de ter uma estrutura com tributação diferenciada, como já foi anunciado há alguns meses”, adiantou.

Para o líder social-democrata regional, o ideal seria “que as mercadorias pudessem ser transformadas e reexpedidas aqui”, num conceito aproveitado “do anúncio feito por Pedro Passos Coelho, mas que deve ser desenvolvido em paralelo com a prospecção dos mercados internacionais”.

Segundo Duarte Freitas tem de ser “encontrado um equilíbrio entre as potencialidades deste porto e sua sustentabilidade, visando a criação de emprego e a criação de riqueza, desenvolvendo a Terceira e os Açores”, afirmou. “Como presidente do Governo Regional, a partir de Outubro, comprometo-me a que se passe dos anúncios aos actos. E vamos encontrar os potenciais interessados em operar aqui, num regime de concessão, tendo em vista a privatização do porto”.

Duarte Freitas está convicto de que “a capacitação deste porto, através dessa pretendida concessão, irá também servir melhor os Açores e a Terceira em termos de preços. É necessária uma lógica consequente, de forma a que este porto seja um pólo dinamizador da nossa economia, e isso só vai acontecer reposicionado as suas valências”.

O presidente do PSD/Açores entende que “é preciso rever toda a lógica da estrutura do Porto da Praia da Vitória, no que se refere aos passageiros e às mercadorias, assim como na instalação de indústria nas zonas adjacentes, atraindo o capital nacional e estrangeiro por via da tributação diferenciada e da operação do porto”.



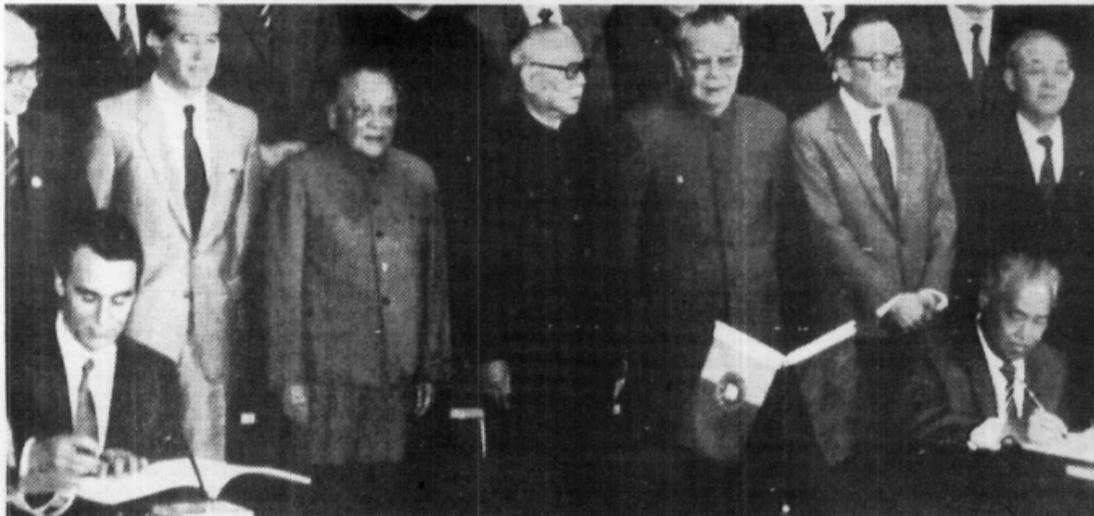


POVO LIVRE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

CAVACO SILVA ASSINOU

ACORDO SOBRE MACAU



Na presença das mais altas individualidades da República Popular da China, o Prof. Cavaco Silva e o seu homólogo chinês assinam em Pequim o Acordo sobre Macau

**Exemplo
de paz
de entendimento
e
de
progresso**

(Pág. 4)

Só com eleições legislativas se poderá solucionar a crise

— afirmou em conferência de Imprensa o Secretariado Nacional dos TSD

(Pág. 2)

TSD vencem eleições nos Enfermeiros do Norte

A lista encabeçada pelo social-democrata José Correia Azevedo, vice-presidente do Congresso Nacional dos TSD, venceu destacadamente, as eleições dos Enfermeiros do Norte.

O programa apresentado a mais de 12 000 associados, propunha, para além de uma prática sindical verdadeiramente independente, a adesão do Sindicato à UGT.

Tempo de Antena do PSD

Na RTP-1 — Terça-feira dia 21
após o Telejornal das 19.30 h

*Os Portugueses não querem ver destruída
a obra do Governo Cavaco Silva*

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALVARELHOS / NÚCLEO

O acto eleitoral marcado para 05/03/2016 para a Comissão política do Núcleo foi anulado

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Évora, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2016 (sexta-feira) pelas 21h00 na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação, discussão e votação do relatório de actividades e do relatório de contas de 2015
- 3 - Apresentação, discussão e votação do plano de actividades 2016
- 4 - Análise da situação política local e nacional
- 5 - Outros assuntos

MONDIM DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mondim de Basto, para reunir no próximo dia 12 de Fevereiro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede da Associação Social e Cultural dos Habitantes e Compartes de Vilar de Viando, sita no lugar de Vilar de Viando, Mondim de Basto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apreciação discussão e votação das contas relativas ao exercício de 2015
- 3 - Outros Assuntos

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira de Frades, para reunir no próximo dia 12 de Fevereiro de 2016 (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Dr. Dinis Vieira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Prestação e aprovação de contas de 2015
- 2 - Aprovação orçamento de 2016
- 3 - Outros assuntos

S.MARTINHO DO BOUGADO / NÚCLEO

O acto eleitoral marcado para 05/03/2016 para a Comissão política do Núcleo foi anulado

SANTIAGO DE BOUGADO / NÚCLEO

O acto eleitoral marcado para 05/03/2016 para a Comissão política do Núcleo foi anulado

TAROUCA

Por lapso não foi publicada no "PL" 03/02/2016

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Tarouca, para reunir, no próximo dia 05 de Março de 2016 (sábado), pelas 14h00, na sede, sita na Av. Vice-Almirante Adriano Saavedra, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede Distrital, sita na Rua do Inatel, nº 55 Cave Esq. ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta nesse dia das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras para reunir no próximo dia 19 de Fevereiro de 2016 (sexta-Feira), pelas 22h00, na sede sita na Rua 9 de Abril, 1-3.º Direito, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2 - Aprovação do relatório e contas referente a 2015
- 3 - Outros assuntos

VEISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viseu, para reunir no próximo dia 19 de Fevereiro de 2016 (sexta-Feira), pelas 21h00, no Solar dos Peixotos (edifício da Assembleia Municipal de Viseu), com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação das contas do ano de 2015 e orçamento 2016
- 3 - Análise da situação política



AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para se reunirem no próximo dia 12 de Março de 2016, (sábado), pelas 17 horas, na Sede do PSD em Aveiro, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, n.º 170 - 1.º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia de Aveiro;
- 2 - Eleição dos militantes Honorários da JSD da Concelhia de Aveiro.

Notas:

As urnas estarão abertas das 17h00m às 19 horas.

As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

GONDOMAR

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoca-se o plenário da concelhia da JSD Gondomar, para o dia 10 de março, pelas 21h30, na sede do PSD Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Análise da situação política local, distrital e nacional;
- 3- Outros assuntos.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para se reunirem no próximo dia 5 de Março de 2016, (sábado), pelas 14 horas, na Sede do PSD

Lamego, sita na Av. 5 de Outubro, n.º 4, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia de Lamego;

Notas:

As urnas estarão abertas das 14h00m às 20 horas.

As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Ponte da Barca para Assembleia Eleitoral no dia 19 de Março de 2016, sábado, pelas 9h30m, na Junta da União de Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador), sita na Rua Central, n.º 9, Touvedo São Lourenço, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos da Concelhia - Mesa da Assembleia e Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas das 09h30 às 11H00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem o estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na Sede do PSD Ponte da Barca, sita na Avenida da Liberdade, em Ponte da Barca.

VILA NOVA DE GAIA

Abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, que serão convocados todos os militantes da concelhia de Vila Nova de Gaia para reunir em plenário eleitoral a realizar no próximo dia 12 de Março de 2016 (sábado), pelas 17horas, na Sede de Concelhia do PSD/Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Mesa de Plenário dos núcleos:

- Sandim/Olival/Lever/Crestuma;
- Oliveira do Douro;
- Pedroso/Seixezelo;

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregue em duplicado ao Presidente de Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede de Concelhia do PSD/Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas das 17h00m às 19horas.

CONVITE
DEBATE SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE LEIRIA



sábado
13/02/2016
14:30 às 17:30

Local: Centro Cívico
(Rua Direita - junto à Sé)

Painel de Oradores: João Patrício (Arquiteto)
Teresa Mesquita (Imobiliária Remax INN)
Lino Ferreira (ACILIS)
Fernanda Sobreira (Moradora)

Moderador: Álvaro Madureira

ENTRADA LIVRE
Organização: PSD e JSD de Leiria